

A ACESSIBILIDADE DOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO DE CASO NA UNIUBE

Ana Paula de Melo, UNIUBE

anapaula_melo@netsite.com.br

Renata Silva das Virtudes, UNIUBE

Rosane A de Sousa Martins, UNIUBE

rosane.martins@uniube.br

O referido artigo propõe a análise sobre a acessibilidade dos discentes com deficiências na educação superior, avaliando a questão da educação especial no contexto das políticas educacionais .

Este artigo foi elaborado a partir da realização de pesquisa científica para confecção do Trabalho de Conclusão de curso no curso de Graduação em Serviço Social na Universidade de Uberaba (UNIUBE). Parte-se do princípio de que tal estudo poderá provocar reflexões e debates no interior da UNIUBE, podendo contribuir para viabilização dos direitos sociais e a acessibilidade dos discentes no campus e também para sua inclusão social. Acreditamos que a qualidade da instituição superior é um agente inclusivo dentro da sociedade e deve ser um espaço sem discriminação ou segregação de qualquer natureza.

Conceitua-se a inclusão como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, simultaneamente, estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade inclusão social constitui, então, um processo bilateral, em parceria, equacionar problemas, decidir sobre soluções e efetivar a equiparação de oportunidades para todos. (SASSAKI, 1997, p.3)

Esta pesquisa teve como objetivo conhecer a realidade dos discentes com deficiências matriculados no ensino superior da UNIUBE, avaliando as implicações da acessibilidade enquanto perspectiva de inclusão social.

Para a realização deste estudo tomamos por base a pesquisa qualitativa, pois segundo Minayo (1994, p. 22) “essa abordagem aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas, um lado não perceptível e não capitável em equações médias e estatísticas”. Na primeira etapa da pesquisa foi realizado levantamento bibliográfico para a escolha do

material a ser utilizado e revisão de literatura para aprofundar conhecimentos acerca da temática da pesquisa. Utilizamos também a pesquisa documental como técnica necessária à compreensão da legislação referente à educação, pessoas com deficiência e acessibilidade. Posteriormente foi realizada a pesquisa de campo através da utilização da técnica de entrevista semi-estruturada, com uso de gravador.

O universo da pesquisa constituiu-se de alunos dos cursos da UNIUBE, num total aproximado de 14 alunos com deficiências, distribuídos nos 32 cursos ofertados pela instituição. Como sujeitos da pesquisa foram entrevistados 9 discentes, considerando o consentimento dos mesmos para participar da pesquisa.

A pesquisa foi realizada com os discentes dos cursos de Sistemas de Informação, Psicologia, Direito, Educação Física, Biomedicina, Comunicação Social - Jornalismo e Turismo. A análise e interpretação dos dados ocorreram por meio de análise de conteúdo que segundo Chizzotti (1991, p. 98):

É um método de tratamento e análise de informações, colhidas por meios de técnicas de coletas de dados consubstanciadas em um documento. A técnica se aplica a análise de textos escritos ou de qualquer comunicação (oral, visual, gestual) reduzida a um texto ou documento. O objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.

Dentro da análise de conteúdo foi utilizada a técnica de análise temática. Segundo Minayo (2000 p.209) “Fazer uma análise temática consiste em descobrir os núcleos de sentido que compõem uma comunicação cuja presença ou freqüência signifiquem alguma coisa para o objetivo analítico visado”.

Todas as informações foram reproduzidas e analisadas através do materialismo dialético, permitindo o estudo da temática proposta com base no processo histórico refletindo sobre a realidade social e sua relação com os sujeitos em sua totalidade.

A relevância deste estudo está pautada na perspectiva de que as universidades deverão assegurar a matrícula de todos e quaisquer alunos, organizando-se para o atendimento aos educandos com deficiência nas classes comuns. Essa política inclusiva exige intensificação quantitativa e qualitativa na formação de recursos humanos e garantia de recursos financeiros, serviços de apoio pedagógico público e privado especializados para

assegurar o desenvolvimento.

Do exposto, é possível concluir que muitos avanços legislativos tiveram em nosso país na última década. Também é possível constatar, na prática, alguns avanços culturais e sociais no trato do problema das pessoas com necessidades especiais. Mas todas as conquistas, sem dúvida, representam muito pouco na luta pela integração destas na sociedade. Ainda há muito a ser feito, pois milhares de pessoas continuam à margem da vida, escondidas atrás de dificuldades e barreiras, que são mínimas e imperceptíveis para alguns, mas que se constituem em obstáculos intransponíveis nas atividades do cotidiano das pessoas com necessidades especiais. (MANTOAN,1997,)

As pessoas com deficiência enfrentam uma série de dificuldades para ingressar nas universidades e desenvolverem seus estudos. Os discentes necessitam de uma política institucional de acompanhamento que permitam identificar suas necessidades educativas e preparar docentes que possam atendê-los.

O espaço educacional, quando acessível a todos é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os seus usuários. No entanto, muitas universidades são construídas e reformadas, não levando em conta a necessidade de acessibilidade dos vários discentes que freqüentam o ambiente universitário.

A democracia da educação para todos só se evidencia nos sistemas educacionais que se especializam em atender demandas de todos os alunos. A inclusão, como consequência de um ensino de qualidade para todos os discentes provoca e exige das universidades, que se modernize e que os docentes e todos profissionais que atuam na área de educação aperfeiçoem as suas praticas para inclusão e acessibilidade dos discentes nas universidades.

ACESSIBILIDADE: INSTRUMENTO PARA A INCLUSÃO E INTEGRAÇÃO DOS DISCENTES COM DEFICIÊNCIAS

A Acessibilidade significa possibilidade de ingresso ou acesso igualitário de oportunidades em todos os níveis da sociedade. A acessibilidade à educação, à saúde ou à informação, é uma forma de garantir os direitos dos discentes com deficiências. Isto inclui a perspectiva de eliminação de barreiras arquitetônicas, disponibilidade de comunicação, de

acesso físico, de equipamentos, profissionais qualificados, textos e livros adaptados para que se consiga ler e interpretar as informações expostas, para atender às demandas dos discentes com deficiências, havendo assim a necessidades de projetos e programas específicos que facilitem a integração e inclusão dos mesmos. Observa-se que o acesso é muitas vezes dificultado chegando às vezes a serem inviabilizados. A locomoção, por exemplo, depende da eliminação das barreiras que se manifestam através de rampas inadequadas, inexistências de barras de apoio e elevadores, presença de escadas, pisos escorregadios, roletas, espaços insuficientes para circulação.

Sem condições para exercer sua função, não haverá professor, mesmo com boa vontade, que consiga atender, dignamente, o aluno com qualquer necessidade educacional especial. Por condições, refiro-me à sensibilização, informação, capacitação e acompanhamento contínuos, número reduzido (determinado através de medidas administrativas e não no bom senso ou senso comum) em sala de aula onde houver um aluno nessas condições e, principalmente, muitos parceiros, dentro e fora da escola, para efetuar trocas, solicitar ajuda e viabilizar projetos factíveis onde todos os alunos possam, realmente, se beneficiarem em conjunto. (PICCHI, 2002, p.18)

Um cidadão com deficiência, seja ela visual, auditiva, motora, cognitiva deve ter condições de igualdade com os demais discentes “ditos normais”. Para isso realmente acontecer deve-se criar uma legislação eficaz que garanta um ambiente onde todos possam usufruir sem barreiras, discriminação ou exclusão social. A participação das instituições de ensino é fundamental para o acesso das pessoas com deficiências aos seus direitos igualitários de oportunidades.

Sem dúvida houve conquistas e para tanto basta considerar a retrospectiva histórica da Educação Especial e lembrar algumas de suas fases: a “eliminação”, não só da própria deficiência, mas também das pessoas que eram “eliminadas”; o misticismo; o assistencialismo; a integração, onde, realmente, obtivemos grandes ganhos e avanços. Apesar das tendências apontarem para a fase da Inclusão, sua efetivação na História, em minha opinião, ainda está por acontecer e cabe a todos nós, cidadãos, prepará-la. (PICCHI, p.14, 2002)

Assim, a acessibilidade significa não apenas permitir que as pessoas com deficiência acessem os equipamentos, serviços e informação, mas também significa a inclusão destas na sociedade, sendo necessário à implantação de novas técnicas e estratégias educacionais para inclusão delas nas universidades.

Em nível federal, o decreto 5.296 de 2004 determina que todos os projetos arquitetônicos e urbanísticos, de comunicação e informação, de transporte coletivo e a execução de qualquer tipo de obra em prédios públicos ou de uso coletivo só serão aprovados se obedecerem aos critérios de acessibilidade e às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). O decreto trata ainda da questão da prioridade de atendimento às pessoas com deficiência, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade. Considerando a garantia aos discentes com deficiências físicas e sensoriais deve estabelecer condições de acesso ao ensino superior, de mobilidade e de utilização de equipamentos e instalações das instituições de ensino.

As instituições de ensino superior são o lócus apropriado para construção da acessibilidade, sendo um processo em evolução em longo prazo. As universidades devem se preocupar em garantir aos discentes com deficiência o direito de usufruir com igualdade da produção do conhecimento. No entanto, grande número de instituições do ensino superior ainda não atende às demandas dos discentes com deficiência.

O acesso universal torna-se um desafio para as pessoas com deficiência, pois o acesso universal ao ensino superior garante a possibilidade igualitária para todos, porém na realidade é excludente. Neste contexto ressalta-se a necessidade de aplicação de novas técnicas e estratégias educacionais para inclusão e igualdade de oportunidades sociais, econômicas e culturais. É importante que os profissionais que trabalham na área de educação tenham consciência da importância do planejamento e execução de projetos e programas para inclusão das pessoas com deficiência.

A relação professor – aluno, fundamenta-se na compreensão empática, na confiança e na aceitação incondicional do aluno como um ser capaz de se auto construir, traçando as diretrizes para o seu próprio desenvolvimento e aprendizagem. Partindo do princípio de que cabe ao educador desenvolver seu próprio estilo para facilitar a aprendizagem dos alunos, enfatiza-se, na prática pedagógica, não os métodos e as técnicas de ensino, mas a relação que se estabelece entre professor e os alunos no desenvolvimento de um clima que possibilite a liberdade para aprender. (MARQUES, p. 66, 2001)

Sobre a questão da acessibilidade, os sujeitos pesquisados ressaltam a falta de

recursos para a aprendizagem, infra-estrutura inadequadas para locomoção entre os blocos, também a falta de profissionais qualificados, adaptação pedagógica, iniciativas de atendimento que abrangem todos os serviços educacionais de acordo com a deficiência de cada discente. Segundo os entrevistados, o atendimento dentro da UNIUBE não atende as demandas e necessidades das pessoas com deficiência.

Segundo as informações colhidas, dentro do campus é notória a inadequação dos locais de acesso, as salas de aula deveriam ser mais próximas, os obstáculos e dificuldades são vários para a locomoção nos blocos. Destaca-se, ainda, a falta de profissionais qualificados, necessidade de adaptação pedagógica e de iniciativas de atendimento, que abrangem todos os serviços educacionais de acordo com a deficiência de cada discente, pois as iniciativas não superam as demandas e necessidades destes.

[...] são as necessidades educacionais individuais, globalmente consideradas confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade, que devem subsidiar a definição da via ou dos recursos a serem utilizados para educação de qualquer pessoa. (MAZZOTTA, 1993, p.19)

Para que ocorra a integração dos discentes com deficiências no ensino superior é necessário esforço e empenho dos profissionais da educação. Deve haver adaptação e promoção do ambiente que garantam a inclusão destes. A inclusão possibilita que os profissionais repensem suas práticas e ações, buscando uma melhor qualificação, para que viabilize seu melhor desempenho acadêmico e social. É de extrema importância que estes profissionais assumam uma postura ética que garantam um ambiente prazeroso, proporcionando subsídios para que os discentes se sintam “iguais” perante os outros alunos.

A inclusão como prática educativa é recente em nossa sociedade, as práticas anteriores de educação, como a exclusão, a segregação institucional e a integração de pessoas com necessidades especiais, vêm dando espaço, gradativamente, à inclusão. Como o objetivo da educação inclusiva é uma sociedade para todos, sua prática *“repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a aceitação das diferenças individuais, a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem através da cooperação”* (SASSAKI, 1999, p. 42).

Apesar dos avanços em termos de legislação e diretrizes pró-inclusão no Brasil, esta situação ainda deixa muito a desejar. Nesta direção, podemos citar a falta de cursos de

formação e qualificação de professores para atender as demandas dos alunos com deficiências para que ocorra a inclusão e integração destes na sociedade vigente. Ressalta-se também o fato de que as pessoas com deficiências deveriam ter uma melhoria nos serviços comunitários e também oportunidades de ingressar no mercado de trabalho.

Desta forma, o profissional depara-se com um dos maiores desafios do Serviço Social [e não só ele] a capacidade de decifrar as novas mediações que emergem dos interesses antagônicos e incompatíveis da desigualdade (capital e trabalho) que representa ao mesmo tempo a oportunidade do homem criar mecanismos para resistir à marginalização social, tendo acesso a uma política educacional de inclusão. Acredita-se que a educação tem papel fundamental na mudança de mentalidade, abre novas portas do pensamento e da ação. Faz-se necessária uma reforma desde a educação fundamental até a universitária e assim ocorra uma mudança de mentalidade voltada a um pensamento complexo interdisciplinar. (CANOAS,2005,p.248)

A interdisciplinaridade vem buscando a construção de novos trabalhos pedagógicos, através da permutação de conhecimentos, viabilização à igualdade de oportunidades, demonstrando a necessidade de construção de escolas participativas e profissionais da educação hábeis e interessados em conhecer a realidade educativa e o ambiente sócio cultural predominante no meio onde os alunos estão inseridos. Há a necessidade de se conhecer e reconhecer as possibilidades e limites destes ao acesso diversificado para que todos os alunos possam desenvolver suas aptidões científicas.

Outro aspecto relevante apontado a partir da pesquisa realizada é a necessidade de que os profissionais, docentes e discentes aceitem as diferenças, a compreensão acerca dos limites e potencialidades de cada um e o compromisso com a integração das pessoas com deficiências no ensino superior.

Os depoentes relatam que as pessoas com deficiências possuem necessidades diferentes, e que o mercado de trabalho está mais abrangente e exigindo profissionais qualificados, dando oportunidades igualitárias a eles para mostrar seu potencial e capacidade que às vezes ficam escondidos devido à discriminação por sua deficiência. Neste contexto, salienta-se a importância do trabalho em equipe interdisciplinar para inclusão deles no meio social, cultural e econômico, para que possam usufruir com igualdade dos recursos existentes. Os sujeitos pesquisados reconhecem que o ensino superior os leva a desmistificar e concretizar sobre seus direitos incentivando-os a lutar para que sejam exercidos.

O trabalho interdisciplinar é fundamental no processo de integração das pessoas com deficiência. Assim como é necessário que a sociedade reveja suas ações e estratégias de forma a viabilizar uma melhor qualidade de ensino e, conseqüentemente, a ampliação de igualdades de oportunidades. A educação nas universidades é imprescindível para inserção das pessoas com deficiências no mercado de trabalho.

Os desafios a serem transpostos são imensos. A luta das Pessoas Portadoras de Deficiência para serem representadas como segmento importante da sociedade passa por uma etapa verdadeiramente civilizatória, de rompimento com preconceitos e comportamentos sociais excludentes que ainda estão amplamente presentes na prática de grande parte das pessoas.

Enfrentar os preconceitos existentes exigirá um período preliminar de atuação marcado por ações de sensibilização e de convencimento de outras pessoas. (CORDE, 1998, p. 13).

Enfim os processos democráticos de educação requer a transformação das universidades para atender as demandas das pessoas com deficiências. Há também a necessidade de aperfeiçoamento dos profissionais que trabalham na área de educação, inseridas neste processo educacional para que estas equipes estejam aptas a receber estas pessoas.

Para tanto, os profissionais devem trabalhar na construção de uma nova história para estas pessoas com deficiências e para que as leis não fiquem apenas no papel, e sejam realmente efetivadas. Uma formação compromissada com a cidadania e igualdade de direitos.

Neste contexto, reforça-se a necessidade de ampliação dos espaços de reflexão sobre as iniciativas para a integração, das pessoas com deficiências, lhes garantindo o seu direito “universal” de conviver com igualdade de condições com os outros membros da comunidade universitária.

A busca de compreensão desta realidade permitirá desvelar as demandas dos discentes com deficiências e apresentá-las à sociedade, possibilitando-lhes a inclusão social. Através da política de inclusão de alunos que apresentam deficiências, poder-se-á desenvolver o potencial das pessoas com deficiências, respeitando suas diferenças e atendendo suas demandas. O respeito e a valorização da diversidade dos alunos fazem com que as instituições de ensino definam suas responsabilidades em relação à criação de espaços

inclusivos, procurando responder às demandas postas no cotidiano do ensino superior.

É fundamental a luta constante para que as políticas e os projetos pedagógicos das universidades garantam um ensino igualitário para todos os discentes. Torna-se um desafio para os profissionais a preservação das diferenças culturais, sociais e econômicas, de forma que estas pessoas identificadas como “diferentes” possam ter participação ativa na sociedade vigente.

A educação faz parte da cultura onde os sujeitos sociais colocam-se em sua particularidade. Deve-se compreender que o sistema educacional é um lócus de trabalho que possibilita a participação dos vários profissionais neste campo de atuação. O Estado tem sua participação na educação através das políticas sociais, e uma dimensão das práticas e experiências dos profissionais em suas atuações nas políticas educacionais. “[...] do acesso progressivo dos diversos segmentos sociais aos diferentes níveis de educação constitui expressão importante deste processo de valorização da dimensão educativa do trabalho do assistente social como inclusa nos processos de luta e organização social.(ALMEIDA, p.20, 2005)”

O trabalho da equipe interdisciplinar dentro da política de educação ultrapassa o ambiente educacional e se estende além da própria concepção pedagógica, trabalhando com as políticas sociais. Os profissionais devem atuar no coletivo entre os familiares dos alunos e com a sociedade em geral. Neste contexto salienta-se que o assistente social possui uma bagagem teórica eficaz para que se articule e efetive a política de educação, juntamente com os diversos profissionais do âmbito educacional lutando pela cidadania.

Outra questão relevante, apontada pelos sujeitos da pesquisa, como principais elementos para garantir a acessibilidade das pessoas com deficiências e sua inclusão no ensino superior são a qualificação dos docentes para trabalhar junto aos discentes e com a necessidade de cada um, os materiais adaptados como as provas, livros, textos e aulas para os deficientes cegos e surdos, e para os deficientes físicos os espaços físicos como rampas, corrimãos, elevadores em locais que tenham mais de um andar e acessos às salas de aula e outros setores da UNIUBE.

Ressaltam também a importância das ações coletivas que são essenciais para a efetivação dos direitos de igualdade e oportunidades, pois, foi através da mobilização social que a sociedade obteve suas conquistas democráticas. Portanto deve haver a união destes discentes com deficiências para que possam discutir sobre os obstáculos que existem no meio

em que estão inseridos, em especial no espaço acadêmico, apresentando propostas inovadoras e criativas e buscando a construção de novas relações na educação superior.

Nesta direção pode-se afirmar que são as políticas de educação que poderão garantir o acesso aos serviços que estão asseguradas na integração dos discentes com deficiências dentro do âmbito universitário. Mesmo com as mudanças nas práticas pedagógicas, ainda é preciso renovações para que ocorra a permanência dos discentes com deficiências no sistema educacional superior. O respeito às diversidades é o primeiro passo para uma política educacional construtiva.

Art.9º A formulação, implementação e manutenção das ações de acessibilidade atenderão às seguintes premissas básicas:

I – a priorização das necessidades, a programação em cronograma e a reserva de recursos para a implantação das ações; e

II – o planejamento, de forma continuada e articulada, entre os setores envolvidos. (BRASIL,2004).

A questão da acessibilidade para os discentes é um direito, necessita-se que esta legislação seja implantada e cumprida, principalmente no espaço acadêmico. Assim poder-se-á orientar o processo de integração e inclusão nas instituições de ensino superior.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo tem como temática a acessibilidade dos discentes com deficiência física na educação superior:um estudo de caso na UNIUBE. A integração, das pessoas com deficiências, é imprescindível à eliminação das barreiras de acesso à universidade, permitindo a elaboração de projetos e programas que atendam às necessidades de cada discente. O crescimento do número de pessoas com deficiências no ensino superior exige que os profissionais se aperfeiçoem , considerando alguns fatores de integração para que ocorra a inclusão social e fortaleça as políticas sociais já existentes.

Os movimentos sociais para que as ações tenham uma relevância nas relações de atendimento para as pessoas com deficiências no ensino superior é fundamental, para que o processo de integração seja contínuo. As políticas de educação especiais precisam ser revistas nas universidades tanto nas públicas, como nas privadas considerando o contexto das

especificidades de cada discente, assegurando os recursos, favorecendo o aumento do desempenho destes no ensino superior.

A partir dos dados coletados foi possível reconhecer as demandas e necessidades dos discentes. Tais demandas estão vinculadas a viabilização de recursos humanos, pedagógicos, materiais e de estrutura física da UNIUBE. Deve haver por parte da instituição de ensino superior e interesse o e desempenho para que os direitos das pessoas com deficiências sejam exercidos, propondo alternativas com base inclusiva, devendo concretizar que não é o discente com deficiência que deve adaptar-se à universidade, e sim a universidade que tem que se adaptar para receber estes discentes.

A estrutura de acesso ao ensino para atender as demandas destes exige que os profissionais da equipe interdisciplinar tenham uma formação continuada sendo necessário à participação de todos para que atendam às expectativas dos discentes com deficiências, respeitando suas especificidades.

Para o enfrentamento da realidade social vivida pelos discentes com deficiência no espaço universitário foram observadas ações isoladas, pontuais, focalizadas e vinculadas a interesses e demandas individuais. Não foram verificadas ações coletivas voltadas para as demandas de pessoas com deficiências. Tampouco foram constatados projetos voltados para inclusão social ou para a acessibilidade destes sujeitos na universidade.

A partir daí pode se afirmar que a acessibilidade como uma forma de inclusão na universidade ainda é um desafio para os discentes. Observa-se a necessidade de implantação ou implementação das políticas de educação especial para que haja a integração dos mesmos dentro do âmbito universitário como uma forma de garantir o direito igualitário, impedindo que muitos desistam de uma formação superior.

As universidades são lócus apropriados para o desenvolvimento e emancipação dos sujeitos sociais em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social. O trabalho pedagógico deve ser executado de forma em que todos os discentes possam ter suas potencialidades estimuladas e desenvolvidas por profissionais qualificados e comprometidos com a inclusão social e integração no âmbito universitário.

Dessa forma é necessário que as instituições de ensino superior, em especial a UNIUBE, estejam estruturadas para promover ações para receber os discentes com

deficiências, para que possam usufruir com igualdade seu direito à educação. É notória a dificuldade enfrentada por estes discentes no acesso à universidade, revelando que é necessário que ela proporcione a inclusão dentro de cada demanda dos discentes.

Na mesma direção salientamos que o ensino superior atravessa várias transformações. A cada dia os discentes vêm se reconhecendo como sujeitos coletivos e a educação é uma forma de se conseguir promover esta transformação social e ainda se ingressar no mercado de trabalho, garantindo a sua sobrevivência e de sua família. Isso faz com que o assistente social tenha uma participação, se inserindo nas políticas sociais e na veiculação de informações sobre os direitos sociais e serviços existentes de forma a promover a autonomia, a justiça social e a emancipação dos sujeitos – discentes com deficiências. Para que isso ocorra é preciso que os profissionais das instituições de ensino superior estejam comprometidos com o enfrentamento da realidade que se vivencia nas universidades.

Desta forma, o assistente social pode acompanhar as exigências legais, que a instituição deve atender, conforme o CONADE (Conselho Nacional dos direitos da Pessoa Portadora de Deficiência). A sociedade precisa se integrar neste processo e exigir que o Estado cumpra seu papel de agente financeiro e regulador. Não basta que tenhamos leis, é preciso que tudo seja efetivamente implementado através da participação ativa da sociedade civil.

Isso vem elaborar uma abordagem necessária sobre as produções do trabalho, dentro da área da educação em geral, havendo uma reflexão sobre as ações feitas pelas universidades da organização da política de educação.

Portanto, a acessibilidade ainda precisa ser analisada dentro da universidade para que possam ser efetuadas, e que haja políticas de educação especial, que assegurem o atendimento aos discentes dentro do ensino superior, fazendo com que os recursos solicitados e as demandas apresentadas sejam atendidas de forma ágil e comprometidas com a inclusão social e a integração dos discentes com deficiências nos espaços acadêmicos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. Parecer sobre os Projetos de Lei que dispõem sobre a

inserção do Serviço Social na Educação. **Caderno Especial nº 26**. Edição 04 a 25 de novembro 2005, p.01-56.

BRASIL.. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC. SEESP, 2001.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **A integração de pessoas com deficiência: contribuição para uma reflexão sobre o tema**. São Paulo: 1997.

MARQUES, Luciana Pacheco. **O Professor De Alunos Com Deficiência Mental Concepções e Prática Pedagógica**. Juiz de Fora: UFJF, 2001.

MAZZOTA, Marcos J. S. **Trabalho docente e formação de professores de Educação Especial**. São Paulo: EPU, 1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 7 ed. São Paulo: Hucitec. Rio de Janeiro: Abrasco,2000.

PICCHI, Magali Bussab. **Parceiros da Inclusão Escolar**.São Paulo: Artes & Ciência, 2002.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Construindo uma Sociedade para todos**, 3. ed., Rio de Janeiro: Nua, 1997.